



**“SÓ PEÇO A SUA MAJESTADE E A VOSSA EXCELÊNCIA ME ACEITEM POR SERVIÇOS O QUE NO BRASIL SOFRI PELO SERVIR A ALGUNS HOMENS FOMENTADOS DE OUTROS DO NOSSO REINO”: FEITOS E GANHOS DURANTE A PRESENÇA DO CONDE DA TORRE NO BRASIL-HOLANDÊS.**

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3501

Thiago Cavalcante

**Resumo**

No contexto do Brasil-Holandês, o interesse em restaurar o território nordestino das mãos dos holandeses produziu várias tentativas de expulsão dos invasores. Nesse sentido, lideranças locais, desprendidas de dependência das coroas ibéricas, surgiram como alternativa as forças legalistas vinculadas a Portugal e Espanha. Os nativos, em geral senhores de engenho, sujeitos livres e alguns escravos; enxergavam nas batalhas a possibilidade de ganhos honoríficos e/ou pessoais. Concomitantemente, as lideranças legalistas vindas da Europa eram compostas por sujeitos de carreira nas extensões das possessões ibéricas, dentre esses, destacou-se Fernando Mascarenhas, o Conde da Torre. Enviado em 1639 com a missão de restaurar os territórios e conceder benefícios as lideranças locais, Mascarenhas fracassou na estratégia adotada, sendo veementemente criticado por isso. Todavia, sua estadia caracterizou-se pela produção de variadas cartas entre o reino e luso-brasileiros, que viam na luta contra os holandeses não apenas a guerra da libertação, mas também um meio de angariar benefícios econômicos e carreiras políticas. Posto isso, o presente trabalho se propõe a analisar as relações entre colonos e metrópole, contribuindo para a discussão sobre o papel das possessões ultramarinas nas práticas administrativas das coroas ibéricas.

**Palavras Chave:**

Crônica; Alfonso X; Nobreza.

## **A crença na restauração**

Dom Fernando Mascarenhas, Conde da Torre, é um dos personagens *sui generis* na história do Brasil – Holandês. Sua chegada ao Pernambuco em 1639 coincide com a espera na recuperação da produção açucareira após anos em combate, o enfraquecimento das forças holandesas e, por conseguinte, a última tentativa da monarquia dual em recuperar a América Portuguesa das mãos holandesas. Comendador das vilas do Rosmaninhal e de Santiago de Fonte Arcada na Ordem de Cristo, do Conselho de Estado, sua rápida ascensão aos altos cargos o encabeçou a condição de encarregado da Grande Armada que se destinava a restituir a coroa os territórios sob o domínio holandês.

O cenário da chegada do Conde da Torre, segundo Manoel Calado, era visto com esperança pelos luso-brasileiros. Acreditava-se, afirma Calado, que a fragilidade holandesa seria facilmente explorada pelo hábil conde.

No entanto, a estratégia adotada por Mascarenhas culminou com uma chance que saiu pelas mãos. Optando em estabelecer-se por um ano em Salvador ao invés de Recife, já que a capital da América portuguesa não estava em posse dos holandeses, por julgar encontrar mais fontes de defesa e apoio bélico, Mascarenhas acabou superestimando qualquer tipo de reação holandesa, que tiveram nos meses subsequentes o fortalecimento de suas posições mediante a chegada do reforço holandês.

Com o fracasso da armada do Conde da Torre, as retaliações holandesas aumentaram. Imposições a moradores e nativos foram postas uma a uma na tentativa de impedir qualquer tipo ideias insurgentes. Se por um lado, o fracasso do Conde provocou um endurecimento holandês, por outro lado permitiu o fortalecimento de lideranças locais que já despontavam na liderança luso-brasileiros em conflitos no interior. Todavia, a grande

contribuição da presença de Mascarenhas não se deu pela forma como foi descrito na historiografia do Brasil – Holandês, mas sim pelas cartas trocadas entre os luso-brasileiros e a Coroa.

A estadia do Conde da Torre em Salvador, foi marcada pela produção de cartas entre lideranças locais da capital, senhores pernambucanos, líderes rebeldes do interior e realza hispano-portuguesa. Pouco estudadas, tais cartas permitem uma releitura espacial do Brasil – Holandês.

As cartas de Mascarenhas, também incluía atender outras demandas referentes a colônia, tais como disputas entre lideranças, como governadores (dentre eles, do Rio de Janeiro, Salvador de Sá e Benavides). As cartas de Mascarenhas se dividem em dois tipos: cartas de concessão e cartas de monopólio.

## **Cartas e direitos**

A dinâmica dos poderes no interior das partes do Império Português tem sido objeto de estudo e discussão de historiadores brasileiros e brasilianistas. Em síntese, o fio que conduz a discussão perpassa a relação Metrôpole x Colônia. Colonos e metropolitanos conquistam importantes papéis políticos, honrarias e monopólios comerciais.

A colônia era o lugar de fazer carreira e prestígio para quem desejasse ascender em cargos ou possuir direitos econômicos. Dentre os sujeitos, destacavam-se os assentistas, sujeitos que mediavam os negócios entre Portugal e a colônia. Controlando preços da produção agrícola, alguns assentistas viram seus negócios ameaçados com a presença holandesa. Para tanto, alguns passaram a usar suas finanças pessoais para custear soldados e rebeldes luso-brasileiros.

O intuito não era apenas preservar os direitos econômicos, mas também conseguir benefícios futuros, como as mercês. Já outros, demonstravam via cartas grandes feitos contra os

invasores holandeses.

As cartas enviadas pela Coroa ibérica contemplavam também aos indígenas, já que esses eram essenciais no serviço de guerra. Dentre os nativos premiados, destaca-se o sargento mor Diogo Pinheiro Camarão, figura de atos heroicos durante as lutas no interior.

Entre os agrados, de mil e duzentos e cinquenta réis, sendo que quinhentos réis pagos como pedido na Bahia (o sargento) e os setecentos e cinquenta réis em Pernambuco, depois de restaurado. O rei também afirma ser necessário dar de imediato as comendas de ordem, ou de Santiago ou de Avis. Por fim, o rei fala a necessidade desse sargento mor distribuir para seus índios a quantia de dois mil e quinhentos réis.

As conquistas também se estendiam a escravos, como o conhecido Henrique Dias. Dias, líder do exército dos negros, chamado por Calado de “negro de alma branca (CALADO, 1942, p. 81)”, não apenas conquistou alforria e comenda da Ordem de Cruz, como obteve a posse de terras a si, descendentes e subordinados.

Os negócios do reino também eram tratados. Em carta de 1638, o rei comunica dando autorização ao conde para tratar da questão da falta de sal. Deve-se lembrar que o sal da colônia navegava via rio da Prata, região de monopólio do governador do Rio de Janeiro, Salvador de Sá e Benavides.

Em carta de 10 de março de 1639 em que o conde da Torre envia a Duarte de Albuquerque enfatizando fidelidade, e também, pedido de auxílio local. O conde narra que partiu de Lisboa com menos homens que o previsto, e por isso enfatiza a necessidade e obrigação de “nos socorrer de gente e de comer para ella (CARTAS, 2001, p. 100)”.

As precauções sobre as atividades locais também eram objetos de escrita de cartas. Escrevendo em 15 de abril de 1639 ao duque de Villaerrosa,

conde da torre afirma que:

Da campanha de Pernambuco não há que fazer caso porque os moradores não dão sinal nenhum de fidelidade, antes devo presumir o contrario, ora seja obrigados do temor, ora enganados de suas comodidades, porque a três meses que cheguei e tenho feito todas as diligencias por alcançar um aviso, e até agora o não hei tido, nem de palavra nem por escrito, nem de religioso nem de secular. E assim tenha Vossa Excelencia entendido que isso há de ser uma nova conquista, nada me faz receio se me não faltar o necessário (CARTAS, 2001, p. 365).

A mesma carta, demonstra a preocupação com o governo de Mascarenhas e as consequências de um fracasso, além de um possível falecimento.

Vossa Excelencia me fez vir a esta empresa, sou seu sobrinho, seu criado e sua feitura, e há muitos anos que sirvo a Sua Majestade com boa opinião, a Deus graças. Não permita Vossa Excelencia que, trazendo me a esta empresa motivos de ganhar honra, arrisque a que tenho adquirido, e só pelo que toca ao serviço de Sua Majestade me seguro eu, não pode faltar o zelo de Vossa Excelencia em ter grande cuidado de mim e de fazer todas as instancias porque me socorram com tudo o que se puder do que tenho pedido e mais que tudo, quanto antes for possível, com bastimentos. E certo que me parece que quanto cessarão todas as razões com que posso obrigar a Vossa Excelencia do serviço de Sua Majestade e da mercê que me faz, podia bastar a compaixão que merece o empenho em que estou com uma das mais importantes empresas que parece que Sua Majestade tem em sua monarquia, achando me na contingencia de perder o fruto de tanto trabalho e arriscar o galardão de tanto merecimento, porque quando a

fortuna costuma tirar a gentileza aos bons sucessos, mal poderei eu conserva-la quando os não tiver, e muito menos espera-lo entre tão poderosos inconvenientes e tantas falsas se Vossa Excelencia não tiver cuidado de mim, e porque nos perigos da opinião não é covardia desmaiar a confiança, eu me confessaria a Vossa Excelencia rendido a todo receio, se não entendera que o tinha como senhor e como asilo para me sustentar, e lembrar minha razão e minha justiça instado por ela a Sua Magestade e ao senhor conde duque. (CARTAS, 2001, P. 365 – 366)

No entanto, dentre as cartas, os nomes de Pedro de Baessa e Jorge Gomes Alemo são constantemente mencionados como importantes pelo dispêndio de fazendas e tempo em benefício dos locais. Em cartas que vão de 1638 a 1639, o rei enfatiza a fidelidade, e também dependência mútua nos feitos praticados.

Em carta de 07 de Novembro de 1637, ambos fizeram um assento no valor de 200 mil cruzados para o apresto da armada do socorro do Brasil. 100 mil cruzados em dinheiro para Salvador e outros 100 mil em vinhos, azeites, chumbo, murrão e outras fazendas a cidade de Lisboa.

Em Salvador os cem mil cruzados seriam entregues pelos assentistas em cinco pagas iguais, pelo qual vinte mil cruzados cada paga, sendo a primeira 30 dias após a chegada da esquadra no porto de Salvador. O mesmo deveria ocorrer em Salvador, pelo qual os assentistas deveriam prover 1500 pipas de vinho novos no valor de 10300 reis cada pipa. Deveriam também promover cântaros de azeite

A despeito do investimento feito, a coroa afirma que:

Porquanto elles assemtistas por servir a Sua Magestade fazem grande despeza de suas fazendas e créditos, há Sua Magestade de

haver por bem que de hoje me diamte ate fim do anno de seiscentos e trimta e nove, que he o tempo que há de durar o comtrato de consulado, não sejam lançados em fimta algua nem empréstimo Jorge Gomes Alemo, nem seu pay, Diogo Rodrigues de Lisboa, participes nesse assento, porquanto Pedro de Baeça, não so em rezao de ser fidalgo da caza de Sua Magestade senão por ser cavaleiro professo do abito de Cristo com penção bastamte, esta livre de semelhantes comtrebuições” (CARTAS, 2001, p. 131)

A condição nobiliárquica de Pedro de Baessa e Jorge Gomes Alemo é razão para a solicitação de mais garantias. Tais garantias eram restritas a um específico círculo de assentistas, dentre eles um dos companheiros de Baessa e Alemo, Diogo Rodrigues de Lisboa, pelo qual:

Com a moradia que Sua Magestade deu a outras pessoas de sua calidade pera sua pessoa e desemdemtes, e outra fidalguia na mesma forma pera a pessoa que eles quiserem sendo de yqual calidade a delles assemtistas, e hu habito de Christo com vinte mil reis de penção em hua comenda ou em bens da ditta Ordem, nomeando lhe logo a ditta penção para que possa gozar dos privilegios; e não sendo Sua Magestade servidos de lhes fazer as ditas mercês como as pedem não ficarão obrigados a cousa algua por este assemtno nem no papel do comtrato do consulado feito e assinado neste mesmo dia, e a pessoa para quem se pede o abito de Christo e penção he Jorge Gomes Alemo. E com condição que tendo efeito este assento e comtrato do consulado e fazendo lhe Sua Magestade mercê das ditas duas fidalguas e habito de Cristo com penção pelo modo que fica ditto, darão logo eles assemtistas pera a fazenda de Sua Magestade / de melhora no preço das couzas

deste assento quatro mil cruzados em dinheiro de contado para o apresto da armada, nos quais entrão cem mil reis que melhorão no preço dos dois mil cântaros de azeite porquanto estando lhes aseitados a novecentos e sincoenta reis o cântaro os baxarão a novecentos reis, que he o preço porque os davão Jorge Fernandez d Oliveira, Duarte da Silva e João da Silva no lanço que fizerão, e assy os dois mil cruzados que os mesmos Jorge Fernandez. João e Duarte da Silva melhorarão no preço das couzas deste assento fazendo lhe Sua Magestade merce de três fidalguias. (CARTAS, 2001, p. 131-132).

Em carta de 13 de Agosto de 1639, o rei considera a importância da guerra e os custos com ela, confirmando suas despesas bem como dos locais. Para tanto, ele cita o contato com Pedro de Baessa e Jorge Gomes Alemo por tempo de dois anos na forma que se contem no contrato, pelo qual duzentos mil cruzados serão entregues na defesa do Brasil.

No contrato que Pedro e Jorge tinham eles eram obrigados a entregar os cruzados, sendo o qual a metade em fazendas nos armazéns e a outra metade em dinheiro de contato em Salvador. A entrega das fazendas seria assistida, recebida, aprovada e avaliada por ministros.

Contudo, em um dos itens da carta, o rei afirma a necessidade de estabelecer a Coroa como gerenciadora dos papéis nobiliárquicos.

Se as fazendas que se ouverem de vender não tiverem sayda, e for perçizamente necessário fazer pagamento a gente de guerra, neste cazo, o provedor mor da fazenda com intervenção do capitão geral procurara buscar pessoas que por meu serviço queirão fazer empréstimos para as ditas necessidades, dando lhe em cauzão e pinhor fazendas bastantes para segurança dos empréstimos que

fizerem, que as terão em seus poder, ate que aja tempo de se venderem em presos acomodados por ordem do provador da fazenda, e delas/haverem seus pagamentos, ou pelo tempo em que se acordarem; e quanto nem por este modo se achar quem faça os ditos emprestimo, em tal cazo se fara pagamento aos ditos soldados com as mermas fazendas em preços acomodados e naquelas a que eles mães se acomodarem (CARTAS, 2001, p. 110)

### Considerações finais

As cartas de Mascarenhas, publicadas em quatro volumes, possibilitam não apenas a ampliação da discussão sobre o papel de colonos e metropolitanos nas malhas do Império português, mas também, permitem um estudo prosopográfico, visto que as biografias coletivas permitem mapear as normas e práxis do poder e das negociações no interior dos polos colônia e metrópole.

Eram os colonos sujeitos munidos de poder para articularem-se perante as coroas ibéricas ou eram agraciados por medidas estratégicas das coroas em manter a subordinação da colônia por meio de lideranças locais? Até o dado momento, observa-se que não apenas articularam-se mediante a debilidade de um reino dual, mas também fizeram do Brasil – Holandês um marco no aumento do ganho das mercês e cargos, bem como provocou um novo relacionamento entre Coroa e colônia.

### Referências

- BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau*. Trad. Cláudio Brandão. [Belo Horizonte: Itatiaia São Paulo: EDUSP, 1974.](#)
- BOXER, Charles Ralph. *Os holandeses no Brasil: 1624 – 1654*. Trad. Olivério Pinto. Nacional, São Paulo. 1961.
- BOXER, Charles Ralph. *O Império Marítimo*

Português. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. Cia das Letras, São Paulo. 2002.

CALADO, Frei Manoel. *O Valeroso Lucideno e o Triunfo da liberdade*. Recife, 1942.

Cartas do 1º Conde da Torre. **Editora:** Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; **Edição:** 1º ed. **Descrição:** Vol. I, 2001. Lisboa.

Cartas do 1º Conde da Torre. **Editora:** Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; **Edição:** 1º ed. **Descrição:** Vol. II, 2001. Lisboa.

Cartas do 1º Conde da Torre. **Editora:** Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; **Edição:** 1º ed. **Descrição:** Vol. III, 2001. Lisboa.

DUSSEN, Adrien Van der. *Relatório sobre as capitânicas conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639): Suas condições econômicas e sociais*. Trad. José Antonio Gonsalves de Mello Neto. Instituto do Açúcar e do Alcool, Rio de Janeiro. 1947.

FREYRE, Francisco de Brito. Nova Lusitânia: História da Guerra Brasileira. 2ª edição. Recife: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, 1977. (Coleção Pernambucana, 5)

GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim, "pensador da História" na Primeira República* IN **Revista Brasileira de História**. Vol. 23, N.º 45, São Paulo, Julho de 2003. Acessado em 18/01/2011.

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882003000100006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882003000100006&script=sci_arttext)

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 8ª Edição. José Olympio, Rio de Janeiro. 1975.

JESUS, Frei Raphael de. *Catrioto Lusitano*. 2ª Edição, Lisboa. 1844.

MELLO NETO, José A. Gonsalves de: *Henrique Dias: Governador dos Crioulos, Negros e Mulatos do Brasil*. Joaquim Nabuco, Recife. 1988.

\_\_\_\_\_. *Tempo dos Flamengos*. José Olympio, Rio de Janeiro. 1947.

\_\_\_\_\_. *A Situação do Negro no Brasil – Holandês* In: *Novos Estudos Afro-Brasileiros*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 1937.

MOREAU, Pierre. *História das Últimas Lutas no Brasil entre holandeses e portugueses*. Moacir N. Vasconcelos, Edusp, São Paulo. Itatiaia, Belo Horizonte. 1979.

NETSCHER, P.M. *Os Holandeses no Brasil*. Trad. Mário Sette, Nacional, São Paulo. 1942.

NIEUHOF, John. *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*. Trad. Moacir N. Vasconcelos Martins, São Paulo. 1942.

VIEIRA, Padre Antônio. Papel que fez o Padre Antônio Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos Holandeses (Papel Forte). In: PÉCORÁ, Alcir (Org). *Escritos Históricos e Políticos*, Martins Fontes, São Paulo. 1995.